



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Registro de Preço para contratação de licenciamento perpétuo do Microsoft Windows Server 2022 Datacenter – 2 Core e de licenças de uso perpétuo do Microsoft Windows Server CAL Usuário 2022.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Em Informática, um servidor é um conjunto de software e hardware, com sistema de computação centralizado que fornece serviços a uma rede de computadores, chamada de cliente. Na rede do TRESP, o software encarregado por essa computação é o Microsoft Windows Server 2012 R2. Esse sistema realiza tarefas importantes, tais como: controle de quem pode ou não ter acesso à rede; troca de senhas com regularidade (uma medida de segurança); integração com sistemas de segurança, como o antivírus; armazenamento e compartilhamento de arquivos, com o respectivo controle de quem pode acessar, editar, copiar ou excluir determinado arquivo; backup completo do sistema e informações, entre outros. A Microsoft, fabricante do produto, especifica a necessidade de utilização de 1(uma) licença CAL (Client Access License) para cada usuário ou equipamento ativo na rede Windows. Importante ressaltar, que ao contrário do *software* servidor, uma CAL não é um produto de software, *apenas* uma licença para acessar o servidor de rede.

A partir do dia 10 de Outubro de 2023, a Microsoft deixará de oferecer suporte técnico e correções de falhas para problemas recém-descobertos que possam afetar a usabilidade, estabilidade e segurança dos servidores de rede que executam o Windows Server 2012 R2. O funcionamento de um servidor de redes a partir de versões desatualizadas, representa um grave problema de segurança e coloca em risco a entrega de serviços de TI indispensáveis para o bom andamento das atividades do negócio. A opção dada pela fabricante para quem precisa de soluções locais, é a atualização para a versão mais atual do *software* (Windows Server 2022). Como consequência, será necessário também adquirir CALs de acesso para a nova versão do sistema servidor. Diante do contexto apresentado, faz-se necessária aquisição da nova versão tanto do *software* servidor, quanto das licenças de acesso ao mesmo para os clientes.

2.2. Objetivos e Benefícios

- Conformidade no licenciamento de ambiente Microsoft Windows Server.
- Segurança da informação, através da utilização de software que ofereça suporte e atualização de bugs e vulnerabilidades.

2.3. Alinhamento Estratégico

- IN 26 – Incrementar a estrutura de acesso remoto.
- IN 27 – Avaliar tecnologias para incrementar a segurança da informação.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 45.401/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
-----	---------------	------------------	-----------------------------



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1	Licença de uso perpétuo do Microsoft Windows Server 2022 Datacenter – 2 Core.	80	80
2	Licença de uso perpétuo do Microsoft Windows Server CAL Usuário (User Client Access License) 2022.	1.200	1.200

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser licitado possui características comuns e usuais encontradas no mercado de TI, e padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos. A composição do objeto se divide em 2 (dois) itens agrupados, conforme as características a seguir

Item	Bem / Serviço
1	Registro de preços para eventual aquisição de Licença de uso perpétuo do Microsoft Windows Server 2022 Datacenter – 2 Core , conforme especificações técnicas contidas no item 3.1 deste Projeto Básico.
2	Registro de preços para eventual aquisição de Licença de uso perpétuo do Microsoft Windows Server CAL Usuário (User Client Access License) 2022 , conforme especificações técnicas contidas no item 3.1 deste Projeto Básico.

2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Sugere-se o parcelamento do objeto em 2 itens, com adjudicação por item:

Item 1 - Licença de uso perpétuo do Microsoft Windows Server 2022 Datacenter – 2 Core.

Item 2 - Licença de uso perpétuo do Microsoft Windows Server CAL Usuário (USER Client Access License) 2022.

2.11. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Os itens que compõem o objeto são de natureza comum, sugerindo-se a contratação por meio de Pregão Eletrônico, do tipo “menor preço”, por meio do procedimento do Sistema de Registro de Preços.

2.13. Impacto Ambiental

Não há impacto ambiental direto identificado para esta contratação.

2.14. Conformidade Técnica

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.16. Obrigações da Contratante

- 2.16.1.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;

Promover, através da Equipe de Gestão da Contratação, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.17. Obrigações da Contratada

- 2.17.1.** Fornecer os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta;
- 2.17.2.** Disponibilizar em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelos representantes do TRESA, as licenças dos softwares objetos desta contratação, à Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI, localizada no 2º andar do prédio sede, situado à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC, em horário compreendido entre 13 e 19 horas, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta, ou pelo seguinte endereço eletrônico: csit-sgmpti@tre-sc.jus.br.
- 2.17.3.** Caso a entrega do produto seja por meio eletrônico, deverão ser enviadas para o e-mail supracitado todas as informações e orientações sobre os procedimentos necessários (ex. endereço eletrônico para download, chave de ativação, etc).
- 2.17.4.** Garantia padrão do fabricante.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Item 1:

3.1.1. Licença de uso perpétuo do Microsoft Windows Server 2022 Datacenter – 2 Core.

3.1.2. As licenças devem ser compatíveis com o setor governamental e registradas em nome do TRESC.

3.1.3. Cada licença deve cobrir até 02 cores físicos.

3.1.4. As licenças devem ser perpétuas.

3.1.5. Detalhamento dos servidores com licenciamento Windows Server Datacenter: 02 (dois) servidores físicos com 04 (quatro) processadores e 14 (quatorze) núcleos cada um (56 núcleos por servidor físico).

3.1.6. O *software Windows Server 2022 Datacenter* não será instalado diretamente nas máquinas físicas. Na máquina física é instalado o Sistema Operacional Suse Linux Enterprise (SLE) e as VMs *Windows Server* serão executadas a partir do virtualizador XEN. É assim que funciona atualmente com o *Windows Server* 2012 R2. A nova versão fornecida deverá ser compatível com tal característica. O licenciamento deverá permitir que sejam criadas máquinas virtuais Windows Server de forma ilimitada nos servidores devidamente licenciados, conforme ambiente descrito neste tópico.

3.1.7. A licença deve ser fornecida em sua última versão disponibilizada pelo fabricante, na eventualidade de ser lançada nova versão durante o processo de aquisição.

Item 2:

3.1.8. Licença de uso perpétuo do Microsoft Windows Server CAL Usuário (User Client Access License) 2022.

3.1.9. As licenças devem ser do tipo Usuário (User Cal). Não serão aceitas licenças do tipo Dispositivo (Device Cal)

3.1.10. As licenças devem ser compatíveis com o setor governamental e registradas em nome do TRESC.

3.1.11. As licenças devem ser perpétuas.

3.1.12. A licença deve ser fornecida em sua última versão disponibilizada pelo fabricante, na eventualidade de ser lançada nova versão durante o processo de aquisição.

3.1.13. Marcas e Modelos / Códigos de Referência.

Não se aplica a esta contratação. A Contratada deverá fornecer objetos cujo PART-NUMBER seja compatível com os requisitos técnicos elencados no item 3.1.

3.1.14. Códigos SIASG

27464 – Licenciamento de direitos permanentes de uso de software para servidor.

3.1.15. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

3.2. Modelos de Documentos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 13 de Outubro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao TRESA promover, através do titular da Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI, ou seu substituto, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como aquelas relacionadas aos Indicadores de Níveis de Serviço. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração de aspectos relacionados aos prazos de execução e nível de serviço prestado, bem como o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

A função de Gestor do Contrato caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI do TRE-SC (SGMPTI), ou seu substituto, ou seu superior imediato, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-3700, ramal 7476 e endereço eletrônico: csit-sgmpti@tre-sc.jus.br

Abaixo são descritos os papéis previstos na execução do contrato:

#	Ator	Papel
1	Gestor do Contrato do TRESA	<ul style="list-style-type: none">- Fiscalização contratual;- Aceite dos objetos contratados;- Atestação da(s) fatura(s);- Tratativas administrativas com a Contratada.
2	Representante da Contratada	<ul style="list-style-type: none">- Atuar como ponto focal para demandas administrativas e técnicas.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Abaixo são listadas as principais etapas da contratação, com os prazos e responsáveis associados:

#	Etapas	Data	Responsável
1	Início da prestação do serviço	Conforme subitem 2.17.2 do Projeto Básico / Termo de Referência	Contratada



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2	Pagamento	Conforme itens 1.6 e 1.7 do Anexo I – Plano de Fiscalização.	TRESC
---	-----------	--	-------

1.3. Instrumentos Formais

Todas as solicitações e ocorrências vinculadas à prestação do serviço deverão ser registradas em sistema próprio.

Eventuais solicitações poderão ser demandadas pelo Gestor do Contrato do TRESC, via e-mail, telefone, ou através de sistema específico fornecido pela Contratada.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Para todos os itens:

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não mantiver a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “c” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.